



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150528 - PA (2021/0223895-0)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**RECORRENTE** : DIERICO CARDOSO DE SOUSA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DIERICO CARDOSO DE SOUSA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (08040070620218140000).

O recorrente encontra-se preso desde 20 dezembro de 2018, por força de decreto prisão preventiva, e denunciado pela prática de delito previsto no art. 121 do CP.

Sustenta que, na audiência para oitiva da testemunha, realizada no dia 15 de dezembro de 2020, ocorreu a inversão da ordem devida, porquanto o réu foi interrogado antes da oitiva de todas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público, razão por que a defesa requereu a nulidade do referido interrogatório, o que foi indeferido, ao fundamento de que não foi demonstrado prejuízo ao denunciado. Alega que é evidente que houve prejuízo e, em conformidade com o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, é direito do réu falar por último na instrução processual.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para torar nulo o primeiro interrogatório ao qual foi submetido. Pede seja que determinada sua exclusão do feito.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente